

de 2015 diminuiu a produção de arroz e outros cereais em mais de 10%. Possivelmente em consequência disso, o governo reduziu as porções diárias de alimentos para as famílias em julho e agosto, de 410 para 250 gramas por pessoa, bem abaixo da quantidade distribuída durante os mesmos meses em 2013 e 2014. O sistema público de distribuição foi o principal canal de fornecimento de alimentos para pelo menos 18 milhões de pessoas – três quartos da população. Com a redução das porções, o direito à alimentação adequada da maioria dos indivíduos foi gravemente ameaçado.

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

Com maior escrutínio internacional depois da publicação, em 2014, de um relatório da Comissão de Inquérito da ONU sobre os Direitos Humanos na República Popular Democrática da Coreia e sua respectiva discussão no Conselho de Segurança da ONU, no fim daquele ano, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos abriu um escritório em Seul, capital da Coreia do Sul, em 23 de junho. O novo escritório estava entre as recomendações do relatório e foi encarregado de monitorar e documentar a situação dos direitos humanos na Coreia do Norte, como medidas preliminares à prestação de contas. Sua abertura foi recebida com críticas severas por parte do governo norte-coreano. O Conselho de Segurança da ONU realizou outro debate sobre os direitos humanos na Coreia do Norte em 10 de dezembro.

Outros órgãos da ONU fizeram esforços para tratar dos sequestros internacionais e desaparecimentos forçados, com poucos resultados concretos. Em agosto, o governo norte-coreano escreveu ao Grupo de Trabalho da ONU sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários em relação a 27 casos pendentes. O Grupo de Trabalho observou em seu relatório que as informações fornecidas eram insuficientes para o esclarecimento dos casos.

-
1. Mais informações: Student released by North Korea ([ASA 24/2609/2015](#))

CUBA

República de Cuba

Chefe de Estado e de governo: **Raúl Castro Ruz**

Apesar de suas relações diplomáticas cada vez mais abertas, severas restrições às liberdades de expressão, de associação e de reunião se mantiveram. Houve denúncias de milhares de casos de assédio a críticos do governo e de prisões e detenções arbitrárias.

INFORMAÇÕES GERAIS

O ano foi marcado por significativas mudanças nas relações diplomáticas de Cuba. Em abril, o Presidente Castro se encontrou com o presidente dos EUA, Barack Obama, durante a primeira participação de Cuba em uma Cúpula das Américas, no primeiro encontro entre líderes dos dois países em quase 60 anos. Em maio, Cuba foi removida da lista estadunidense de países considerados Estados patrocinadores do terrorismo internacional. Cuba e Estados Unidos reabriram suas respectivas embaixadas e anunciaram a intenção de restabelecer relações diplomáticas.

Apesar disso, em setembro, o Presidente Obama renovou a Lei de Comércio com o Inimigo, que impõe sanções econômicas e financeiras a Cuba. Em outubro, a Assembleia Geral da ONU adotou, pelo 24 ano consecutivo, uma resolução requerendo que os EUA suspendam seu embargo unilateral.

Até o fim do ano, Cuba ainda não havia ratificado o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos nem o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos assinados em fevereiro de 2008, tampouco o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE ASSOCIAÇÃO

Críticos do governo continuaram a enfrentar assédio, inclusive “atos de repúdio” (manifestações lideradas por apoiadores do governo, com participação de agentes de segurança estatais) e ações penais por motivos políticos. O sistema judicial permaneceu sob controle político.

O governo continuou a controlar o acesso à internet e a bloquear e filtrar alguns sites, limitando o acesso à informação e as críticas ao Estado. Ativistas relataram que telefones celulares ficaram fora de serviço durante a visita do Papa em setembro.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Prosseguiram as denúncias sobre críticos do governo, inclusive jornalistas e ativistas de direitos humanos, serem rotineiramente submetidos a prisões arbitrárias e detenções breves por exercerem seu direito à liberdade de expressão, associação, reunião e movimento.

A Comissão Cubana de Direitos Humanos e Reconciliação Nacional (CCDHRN) documentou mais de 8.600 detenções politicamente motivadas de ativistas e adversários do governo durante o ano.

Antes da visita do Papa Francisco em setembro, as autoridades anunciaram que libertariam 3.522 prisioneiros, entre eles, pessoas com mais de 60 anos, presos com menos de 20 anos sem antecedentes criminais, presos com doenças crônicas e cidadãos estrangeiros cujos países concordassem em repatriá-los, de acordo com o *Granma*, o jornal oficial do Partido Comunista.

Entretanto, antes e durante a visita do Papa, ativistas de direitos humanos e jornalistas relataram um aumento significativo no número de prisões e detenções breves. Somente em setembro, a CCDHRN registrou 882 prisões arbitrárias. Entre estas, as de três ativistas que teriam se aproximado do Papa para discutir direitos humanos. Os três entraram em greve de fome enquanto detidos.

Membros e apoiadores das Damas de Branco, um grupo de mulheres que pede a libertação dos presos políticos e maior liberdade, e membros da União Patriótica de Cuba (UNPACU), um grupo dissidente, seguidamente eram presos e detidos por períodos de até 30 horas, segundo a CCDHRN. As detenções eram efetuadas para impedir os ativistas de participar das passeatas que regularmente realizam aos domingos, bem como para impedi-los de protestar.

Em 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, a polícia política deteve ativistas, muitos em suas casas, para impedir seus protestos pacíficos. Os agentes também impediram que jornalistas saíssem de seus escritórios para reportar o que acontecia.

PRISIONEIRO DE CONSCIÊNCIA

Leis que tratavam de “desordem pública”, “desacato”, “desrespeito”, “periculosidade” e “agressão” foram usadas em ações judiciais politicamente motivadas ou em ameaças de processo contra adversários do governo.

Em janeiro, as autoridades libertaram cinco prisioneiros de consciência, junto com um grupo de mais de 50 pessoas que se acreditava terem estado detidas por razões políticas. Os Estados Unidos haviam requerido que elas fossem libertadas como parte de um acordo entre os dois governos para “normalizar” as relações.

Nos dias 7 e 8 de janeiro, os irmãos Vianco, Django e Alexeis Vargas Martín foram soltos da prisão. Os três estavam detidos desde dezembro de 2012, tendo sido sentenciados em junho de 2014 a penas que variavam de dois anos e meio a quatro anos de prisão por “desordem pública”. Em 8 de janeiro, os prisioneiros de consciência Iván Fernández Depestre e Emilio Planas Robert foram, ao que parece, libertados incondicionalmente. Os dois haviam sido sentenciados, respectivamente, a três anos e a três anos e meio de prisão, acusados de “periculosidade”.¹

O prisioneiro de consciência Ciro Alexis Casanova Pérez foi solto quando terminou de

cumprir sua pena em junho de 2015.² Ele havia sido condenado em dezembro de 2014 por “desordem pública” após realizar uma manifestação de um homem só contra o governo nas ruas de sua cidade natal, Placetas.

O grafiteiro Danilo Maldonado Machado, conhecido como El Sexto, foi preso por agentes da polícia política em Havana quando se locomovia em um taxi em 25 de dezembro de 2014. Ele levava consigo dois porcos com os nomes “Raúl” e “Fidel” pintados nas costas, os quais planejava soltar durante uma apresentação cultural no Dia de Natal. Danilo foi acusado de “desrespeitar os líderes da Revolução”, mas nunca foi levado a julgamento. Ele foi solto no dia 20 de outubro.

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

Desde 1990, Cuba não permite o acesso da Anistia Internacional ao país.

-
1. Cuba: Prisoner releases must lead to new environment for freedoms (Press release, 8 January)
 2. Urgent Action: Political dissident must be released (AMR 25/1379/2015)

EGITO

República Árabe do Egito

Chefe de Estado: Abdel Fattah al-Sisi

Chefe de governo: Sherif Ismail (substituiu Ibrahim Mahlab em setembro)

A situação dos direitos humanos continuou a deteriorar. As autoridades restringiram arbitrariamente os direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica; promulgaram uma nova lei antiterrorismo draconiana; e prenderam e encarceraram críticos do governo, líderes e ativistas políticos de oposição, submetendo alguns a desaparecimento forçado. As forças de segurança usaram força excessiva contra manifestantes, refugiados, requerentes de asilo e migrantes. Os detidos sofreram

tortura e outros maus-tratos. Os tribunais proferiram centenas de condenação à morte e longas penas de prisão após julgamentos coletivos claramente injustos. A falta de responsabilização era crítica; a maioria das violações de direitos humanos foi cometida impunemente. Mulheres e membros de minorias religiosas sofreram discriminação e não receberam proteção adequada contra a violência. Pessoas foram presas e julgadas sob a acusação de “devassidão” em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero real ou percebida. O exército removeu à força comunidades de suas casas ao longo da fronteira com Gaza. Execuções foram realizadas após julgamentos flagrantemente injustos.

INFORMAÇÕES GERAIS

As condições de segurança continuaram tensas, particularmente na região do Sinai. As autoridades afirmaram que o exército e outras forças de segurança mataram centenas de “terroristas”, a maioria no norte do Sinai, onde o grupo armado autodenominado Província do Sinai, afiliado ao grupo armado Estado Islâmico, reivindicou responsabilidade por vários ataques importantes.

O Egito fechou sua fronteira com Gaza, no Estado da Palestina, durante grande parte do ano. O exército egípcio destruiu túneis utilizados para contrabando sob a fronteira; para isso, teria inundado a área.

Em fevereiro, o Egito realizou ataques aéreos na Líbia, matando pelo menos sete civis, depois que um grupo armado decapitou no local um grupo de cristãos coptas egípcios que haviam sequestrado.¹

Em março, o Egito se juntou à coalizão internacional liderada pela Arábia Saudita que se envolveu no conflito armado no Iêmen. O Presidente Al Sisi anunciou que a Liga Árabe concordou em formar uma “força militar árabe conjunta” para combater as ameaças regionais.

Em 13 de setembro, o exército e as forças de segurança na região do Deserto Ocidental atacaram e mataram 12 pessoas, incluindo oito turistas mexicanos, aparentemente